

Marfrig tem prejuízo de R\$ 913 mi em 2013, com redução de perdas no 4º trimestre **B9**

Google se defende no Cade e nega prática de monopólio **B6**

Concorrência na telefonia celular será preservada, diz Rezende **B1**



Valor

ECONÔMICO

Destaques

Combustível batizado

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) arrecadou para o Tesouro R\$ 67,5 milhões em multas no ano passado com a fiscalização do abastecimento de combustíveis, 11,75% mais que em 2012. **A2**

Keppel amplia estaleiro

A multinacional Keppel Singmarine vai investir US\$ 80 milhões na ampliação de seu estaleiro em Navegantes (SC). O investimento prevê uma nova doca seca e o aumento de 100 m para 300 m de píer. **B2**

Fraude com papel

Somadas, produção interna e importação de papel imune — destinado à publicação de livros e periódicos — é pouco superior a 1 milhão de toneladas. Do total, cerca de 50% são desviados para outros fins, com evasão de R\$ 500 milhões em impostos. **B4**

Cai venda de máquinas agrícolas

O mercado de máquinas agrícolas no país voltou a recuar em fevereiro, apurou o Valor. As vendas de tratores das montadoras para as revendas somaram 4,3 mil unidades, queda de 9,9% na comparação anual. **B9**

Debêntures da Iochpe

A Iochpe-Maxion prepara uma captação de até R\$ 570 milhões em debêntures. O título virá acompanhado de um bônus, com direito à subscrição de 32 ações, que poderá ser negociado de forma independente. **C2**

Alta de juros em emergentes

Bancos centrais de países emergentes responderam com êxito ao subir juros para defender suas moedas, mas esse movimento carrega riscos significativos, alerta o BIS, o banco dos bancos centrais, pois os ajustes podem minar as economias. **C12**

Carência na indústria de defesa



Projetos de defesa do governo mobilizam a cadeia do setor privado e abrem oportunidades para engenheiros aeronáuticos e aeroespaciais. “A formação acadêmica no Brasil é compatível com o que há lá fora”, diz Ana Renó, vice-presidente administrativa da Helibras. **D3**

Benefícios da fofoca no trabalho

Em sua coluna, Lucy Kellaway, do “Financial Times” — publicada às segundas pelo Valor —, discute a importância da fofoca, em especial no ambiente corporativo. “Ela nos ajuda a saber quem evitar, une as pessoas e reforça a cultura da empresa”. **D3**

Seguro-garantia na execução fiscal

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional liberalizou o uso do seguro-garantia nas execuções fiscais. Além de extinguir a exigência do adicional de 30% sobre o valor devido, também passa a admitir o seguro em substituição a outras garantias. **E1**

Minha Casa na gaveta

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Sul do país) determinou a reintegração de posse, em favor da Caixa, de imóvel do programa Minha Casa Minha Vida vendido a terceiro, por “contrato de gaveta”, seis meses após a aquisição pela mutuária original. **E1**

Ideias

Renato Janine Ribeiro

Mais que a eleição, PSDB pode perder a liderança da oposição e o PT corre o risco de não ter um nome para 2018. **A8**

Gustavo Loyola

Não houve perda para os poupadores com os planos econômicos, nem os bancos obtiveram ganhos. **A11**

Indicadores

Bovespa (07/03/14)	-1,80 %	R\$ 73 bi
Dólar comercial (07/03/14)	Mercado	2,3460/2,3480
	BC	2,3376/2,3382
Dólar turismo (07/03/14)	São Paulo	2,2000/2,4400
	Rio	2,3100/2,4600
Euro (07/03/14)	Reais/Euro (BC)	3,2404/3,2414
	US\$/Euro (BC)	1,3862/1,3863

ISSN 1517-9710



9 771517 971008 03460

Impacto fiscal põe em xeque regra de reajuste do mínimo

Flavia Lima, Ligia Guimarães e Marta Watanabe
De São Paulo

Os aumentos reais do salário mínimo, que acumularam 72,3% de 2002 a 2014, beneficiaram um universo de 48 milhões de pessoas, mas tiveram forte impacto nos cofres dos governos. Esse peso crescente sobre as contas da União, Estados e municípios dispara um alerta e sugere, segundo especialistas dos mais diferentes perfis, que o tema merece rediscussão. Principalmente porque a regra atual de reajuste — correção pela variação do INPC mais o crescimento do PIB — expira depois do ajuste do mínimo em 2015.

O mínimo, que em 1995 comprava 1,02 cesta básica, hoje compra 2,21 cestas. Mas cada R\$ 1 a mais no mínimo

corresponde a um acréscimo de R\$ 350 milhões a R\$ 400 milhões nas despesas anuais do governo federal. Em 2014, a elevação de R\$ 46 no mínimo — de R\$ 678 para R\$ 724 — adicionará R\$ 17,2 bilhões às contas do governo central, segundo estimativa da LCA Consultores, mais da metade de todo o corte de despesas não obrigatórias no Orçamento deste ano. O impacto é grande porque o mínimo corrige também benefícios previdenciários e de assistência social e serve de referência para outros benefícios, como abono salarial e seguro-desemprego.

No âmbito municipal, das 6 milhões de pessoas que trabalham para as prefeituras de todo o país, 2 milhões ganham salário mínimo. Desde 2003, a política de valorização do piso salarial acumula impacto de R\$ 18,8 bilhões

nos cofres municipais. Entre os Estados, dez tiveram em 2013 despesa total com pessoal acima do limite prudencial e um, Tocantins, ultrapassou o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dados do Dieese apontam que o reajuste do mínimo também produz aumento de receita pública. O ajuste de janeiro, de 6,78%, deve gerar R\$ 13,9 bilhões em tributos sobre o consumo.

De forma geral, os analistas concordam que o aumento real do salário mínimo foi fundamental para recuperar a renda do trabalho, corroída nos anos 80 e 90. Porém, há quase consenso sobre a necessidade de uma rediscussão da regra de reajuste durante a próxima campanha eleitoral. Uma das ideias seria a correção do mínimo pela inflação mais a variação da renda per capita e não do PIB. **Página A3 e A4**

No campo da ciência



Dono de fazendas no Pontal do Paranapanema (SP) e em Cornélio Procopio (PR), Jovelino Mineiro foge do perfil tradicional do empresário do campo com uma investida em outro setor, muito distante do seu, ao se associar a uma empresa de pesquisas sobre o câncer. **Página B12**

Montadoras receiam Apple ao volante

William Boston e George Downs
The Wall Street Journal

A Apple e o Google estão pisando no acelerador para integrar seus smartphones com os sistemas de comunicação dos veículos, mas grandes montadoras insistem que a tela dos painéis dos automóveis pertence a elas e que o único papel para as duas gigantes de tecnologia é fornecer aplicativos.

Um dos motivos para a relutância das montadoras é que ninguém pode afirmar com certeza quão valiosos vão se tornar a receita e os dados gerados pelos motoristas e passageiros com o uso dos serviços on-line. Nos EUA, estimativas indicam que a receita da General Motors com seu sistema OnStar, que oferece uma série de serviços via assinatura, é de cerca de US\$ 1,5 bilhão ao ano. **Página B10**

Bolívia se queixa das enchentes do Madeira

Daniel Rittner e André Borges
De Brasília

As cheias no rio Madeira e seus afluentes reacenderam cobranças da Bolívia sobre possíveis impactos das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau em áreas fronteiriças. Pressionado por entidades ambientalistas e autoridades locais, que dispararam um alerta por causa das inundações na região, o governo boliviano pediu esclarecimentos formais ao Itamaraty. A preocupação de auxiliares do presidente Evo Morales é saber se a construção das barragens tem potencializado os efeitos devastadores do excesso de água às margens dos rios Beni e Madre de Dios, tributários do Madeira, no norte do país.

A região enfrenta uma situação caótica: milhares de desabrigados, registro de mortes e estima-se que pelo me-

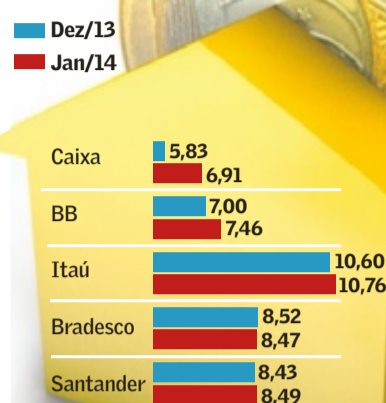
nos 100 mil cabeças de gado tenham sido perdidas. Há suspeitas de que as barragens das usinas dificultam a vazão natural dos rios.

A queixa foi levada a Brasília, na semana retrasada, por uma delegação boliviana. Segundo o embaixador do país no Brasil, Jerjes Justiniano, foram solicitadas informações técnicas sobre o funcionamento das usinas. Ele aponta que, além da inquietação com as inundações, seu governo está intrigado com o volume de sedimentos nos afluentes do Madeira e o desaparecimento de espécies de peixes.

A barragem de Jirau está a cerca de 80 km da fronteira e a de Santo Antônio, rio abaixo, a 200 km. “Temos todos os estudos com relação à vazão. Não há nenhuma relação com a usina”, diz Víctor Paranhos, diretor-presidente do consórcio Energia Sustentável do Brasil, que construiu e opera Jirau. **Página A6**

Alta em um mês

Taxa de juros (em %, a.a.)



Bancos elevam juro do crédito imobiliário

Felipe Marques
De São Paulo

As taxas de juros no financiamento para a compra da casa própria começaram a subir. Depois de passar quase um ano cobrando em média cerca de 9% ao ano acima da Taxa Referencial (TR), os bancos elevaram neste início de 2014 os custos para os tomadores de crédito habitacional. Ainda assim, a forte competição na modalidade deve conter o ritmo de reajustes.

A pedido do Valor, o Canal do Crédito, site que simula e faz a intermediação de financiamentos imobiliários, realizou um levantamento sobre a taxa média cobrada pelos grandes bancos no SBPE, que inclui créditos com dinheiro da poupança e de recursos livres. A conclusão é que neste ano, até meados de fevereiro, a taxa está em 9,25% ao ano mais TR. Em 2013, a média foi de 9%, muito abaixo dos 12% de 2008, quando atingiu o teto determinado por lei. O levantamento incluiu dados dos cinco maiores bancos e do HSBC. **Página C1**

Homem vence a máquina na hora de investir

Luciana Seabra
De São Paulo

A disputa entre a disciplina dos robôs e a inteligência dos homens transcende os filmes de ficção científica. No mundo dos investimentos, o embate ocorre entre fundos que confiam na capacidade dos gestores e fundos que obedecem a programas de computador.

Usar algoritmos sofisticados não garante um retorno superior ao de outras carteiras disponíveis no mercado, concluiu uma pesquisa do Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getúlio Vargas e divulgada ao Valor. O resultado mostrou que os fundos administrados pelos homens deram retornos melhores. No período de 24 meses, o ganho acumulado pelas carteiras humanas foi de 20,7%, em comparação com 15,1% dos fundos geridos com auxílio de computadores. Além disso, o maior retorno desses fundos foi obtido correndo-se menos riscos.

Como não há uma categoria específica de fundos quantitativos, foram avaliados 13 que têm o termo “quant” no nome entre 31 de outubro de 2011 e a mesma data em 2013. **Página D1**

Diamantes de Roosevelt brilham no mercado negro

Marcos de Moura e Souza
De Espigão D'Oeste, Pimenta Bueno e Aldeia Roosevelt (Rondônia)

Numa porção da Floresta Amazônica onde pode estar uma importante jazida de diamantes, índios e garimpeiros refizeram uma lucrativa parceria

para extrair e vender as pedras de maneira ilegal. A atividade foi retomada no fim do ano passado na Terra Indígena Roosevelt, uma área que se estende por Rondônia e Mato Grosso. Há dez anos, 29 garimpeiros foram assassinados na região em meio a desentendimentos com os índios por causa do te-

souro que aflora nessas terras.

O que sai da área tem destino conhecido das autoridades: o comércio internacional ilegal de diamantes. É uma longa cadeia criminososa da qual participam índios, garimpeiros, doleiros, contrabandistas, empresas de fachada e, por vezes, agentes da lei.

A cada 15 ou 20 dias, cada família que controla um pedaço de terra nas margens do igarapé Lajes, onde está a clareira do garimpo, em uma das principais aldeias dos cinto-larga, a Roosevelt, recebe entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil, segundo o cacique Daniel Rondon. “É mais ou menos 20% das vendas”, diz. **Página B3**

Energia Cheias no rio Madeira levam país a retomar pressão por explicações sobre impactos de hidrelétricas

Bolívia reacende cobrança sobre usinas

Daniel Rittner e André Borges
De Brasília

As cheias no rio Madeira e em seus afluentes reacenderam cobranças da Bolívia sobre possíveis impactos das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau em áreas fronteiriças do país vizinho. Pressionados por entidades ambientalistas e autoridades locais, que ligaram o sinal de alerta por causa das inundações na região, o governo boliviano pediu esclarecimentos formais ao Itamaraty.

A preocupação central de auxiliares do presidente Evo Morales é saber se a construção das barragens tem potencializado os efeitos devastadores do excesso de água às margens dos rios Beni e Madre de Dios, no norte da Bolívia, que alimentam o Madeira.

Essa região enfrenta um panorama caótico: milhares de pessoas estão desabrigadas, há relatos de mortes e estima-se que pelo menos 100 mil cabeças de gado tenham sido perdidas. Há suspeitas de que as usinas dificultem a vazão natural dos rios e retenham, por mais tempo e em maior volume, os alagamentos.

A queixa foi trazida a Brasília, na semana retrasada, por uma delegação boliviana que esteve no Itamaraty e no Ministério de Minas e Energia. De acordo com o embaixador da Bolívia no Brasil, Jerjes Justiniano, já foram solicitadas informações técnicas a respeito do funcionamento das usinas e um questionário será apresentado nos próximos dias.

“Não é para criar conflitos nem para encontrar culpados, mas precisamos investigar as razões técnicas e ver se é necessário estabelecer remediações ambientais para evitar que esses problemas se repitam no futuro”, disse Justiniano ao **Valor**. Ele aponta que, além da preocupação com as inundações, o governo boliviano está intrigado com o volume de sedimentos nos afluentes do Madeira e a perda de espécies de peixes.

Um dos pedidos urgentes é a reativação imediata de uma comissão binacional encarregada de discutir supostos impactos da construção das duas hidrelétricas em território boliviano. A barragem de Jirau está a cerca de 80 quilômetros da fronteira. No caso de Santo Antônio, que fica

rio abaixo, a distância é de aproximadamente 200 quilômetros.

Em 2007, quando as usinas estavam em processo de licenciamento ambiental pelo Ibama, a pressão de entidades ambientais na Bolívia fez com que Evo pedisse a criação de uma comissão para verificar esses impactos. O Brasil concordou e o governo boliviano não contestou a licença às hidrelétricas. Segundo o embaixador, no entanto, os trabalhos da comissão estão praticamente congelados há mais de um ano.

Nas últimas semanas, a pressão ressurgiu, em função das cheias históricas. A boliviana Liga de Defesa do Meio Ambiente (Lidema), por exemplo, tem encabeçado os protestos. Ela sustenta a tese de que o reservatório de Jirau retarda, em situações de chuvas abundantes como agora, a drenagem natural do rio Madeira e de seus afluentes próximos. Para a entidade, esse problema foi agravado pela elevação da cota (altura) dos reservatórios de Jirau e de Santo Antônio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a elevação das cotas, permitindo maior geração de energia pelas duas usinas, mas até hoje as duas concessionárias têm brigas em torno da questão.

Em nota, a Lidema opinou que essas mudanças podem resultar em “processos de maior retenção de águas e inundações anômalas, sobretudo em anos excepcionalmente úmidos”. É uma espécie de “entupimento” do rio Madeira, segundo termos usados pela entidade ambiental, que pede ao governo boliviano uma auditoria internacional sobre o assunto.

As acusações são refutadas por Victor Paranhos, diretor-presidente do consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), responsável pela construção e operação de Jirau. “A usina não tem nenhum impacto sobre o que está ocorrendo na Bolívia. Toda água que entra na barragem, sai do outro lado. Não subimos a cota do nosso reservatório (atual-

mente de 89 metros), nem estamos retendo água”, afirmou.

As inundações, segundo o executivo, devem-se ao excesso de chuvas verificado na região do Acre e do Peru. “Temos todos os estudos com relação à vazão, não há nenhuma relação com a usina. Estamos absolutamente à disposição para prestar esclarecimentos”, comentou Paranhos. Procurada, a Santo Antônio Energia preferiu não se pronunciar.

As explicações ainda são vistas com desconfiança pelo governador de Beni, Carmelo Lens, à frente do departamento (província) boliviano mais afetado pelas cheias e que faz fronteira com o Brasil. “Não resta dúvida de que as represas tiveram impacto ambiental negativo do nosso lado”, afirmou o governador ao **Valor**.

Lens disse que, neste verão, choveu “quatro a cinco vezes mais” do que a média histórica da região. Por isso, ele não culpa diretamente as hidrelétricas pelas inundações em Beni, mas acredita que as usinas ampliaram as áreas alagadas em território boliviano e não permitiram o escoamento das águas com maior rapidez. Ele reforça os pedidos de estudos adicionais sobre os efeitos das usinas e relata ter sido muito cobrado, por moradores de comunidades ribeirinhas da fronteira, sobre a mortandade de peixes nos afluentes do Madeira.

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, incluiu a discussão sobre as hidrelétricas na pauta de sua visita à cidade de Cochabamba, no dia 7 de abril. Fontes do governo brasileiro asseguram que o clima não é de animosidade, mas de cooperação, e explicações técnicas já estão sendo dadas à Bolívia.

A Agência Nacional de Águas (ANA) tem subsidiado o Itamaraty com estudos que demonstram que as cheias, tanto do lado brasileiro como do lado boliviano, foram motivadas por fenômenos naturais e não estão relacionadas à operação das hidrelétricas.



Para Victor Paranhos, do consórcio de Jirau, problema é o excesso de chuvas

MPF e OAB vão à Justiça contra operação de usinas

De Brasília

As queixas contra as operações das usinas do Madeira não se limitam às autoridades bolivianas. Na semana passada, uma ação civil pública foi apresentada ao Ibama, ao consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), dono da usina de Jirau, e ao consórcio Santo Antônio Energia, que opera a hidrelétrica de Santo Antônio.

A ação foi assinada pelo Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de Rondônia, além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RO), a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Estado. As instituições pedem que a Justiça Federal obrigue as hidrelétricas a atender imediatamente necessidades básicas da população por conta dos estragos causados pelas enchentes com moradia, alimentação, transporte, educação e saúde. As medidas ficarão em vigor enquanto durar

a situação de emergência na região e até que haja uma decisão sobre compensações, indenizações e realojamentos.

Na ação, os órgãos querem que a Justiça condene o Ibama a suspender imediatamente as licenças das usinas até que novos estudos sobre impactos das barragens sejam feitos. As instituições chegam a pedir, ainda, que as usinas compensem “o dano moral coletivo, estimado em R\$ 100 milhões”, recurso que seria revertido para as vítimas das enchentes e reconstrução de casas.

Segundo o MPF, a consultoria Cobrape, contratada pelo MP/RO e custeada pelos consórcios, já alertava que a área alagada e os impactos em decorrência das barragens poderiam ser maiores do que os dados apontados por Furnas, que na época fez os estudos aceitos pelo Ibama. Os dados da consultoria foram entregues a Furnas e ao Ibama. No entanto, o processo de licenciamento prosseguiu. (AB e DR)

Onde ficam

Localização das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau

